

RELATO FINANCEIRO

2024

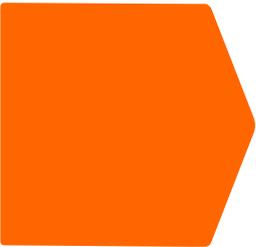
Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

Relatório de Gestão	3
Introdução	4
Conjuntura Económica e Financeira	6
Investimentos	10
Cobertura das Responsabilidades	26
Demonstrações Financeiras	27
Demonstração da Posição Financeira	28
Demonstração de Resultados	29
Demonstração de Fluxos de Caixa	29
Notas às Demonstrações Financeiras	30



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança financia planos de pensões de benefício definido, de contribuição definida e mistos.
- O Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança foi alterado em 2024, tendo sido estabelecido um novo modelo de comissionamento por categorias. A comissão de gestão anual nominal da BPI Vida e Pensões passou a depender da categoria da unidade de participação, apurada e imputada diariamente ao valor líquido global da categoria. A atribuição de cada categoria de unidade de participação varia pela tipologia da adesão (individual ou coletiva). No caso das adesões individuais são estabelecidos montantes mínimos de acesso de cada categoria por contribuinte; para as adesões coletivas a atribuição da categoria depende da complexidade do plano de pensões ou dos serviços contratados pelo Associado para a administração e gestão do mesmo.
- Em 31 de dezembro de 2024, o valor total do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança ascendia a 218 988 601 euros.



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

(valores em euro)	
Valor do fundo em 31-12-2023	192 345 285
Contribuições	37 651 136
Benefícios Pagos	(19 325 390)
Transferências	-
Prémios de Seguros	-
Rendimento Líquido	8 317 570
Valor do fundo em 31-12-2024	218 988 601

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A atividade nos EUA manteve-se surpreendentemente robusta em 2024. O consumo das famílias continuou a impulsionar o crescimento económico nos EUA e, após contribuir com 0,6 p.p. para o aumento trimestral de 0,8% do PIB no 3T, os dados mais recentes refletem um consumo dinâmico também no último trimestre do ano. Na mesma linha de robustez, o PMI composto subiu para níveis expressivos no final do ano (55,4 pontos) e mantém-se claramente acima da marca dos 50 pontos que separa expansão de contração económica (ainda que com comportamentos distintos entre o sector dos serviços e da indústria). Assim, no conjunto do ano, a economia poderá ter crescido em torno de 2,6%, apenas -0,3 p.p. face ao registado em 2023, um comportamento surpreendente considerando o contexto de (ainda) elevada restritividade da política monetária. De facto, depois do aumento de 500 p.b. das taxas de juro desde março de 2022, a Fed iniciou, em setembro passado, o ciclo de relaxamento da política monetária, com um primeiro corte de 50 p.b.. No total, reduziu em 100 p.b. face ao pico atingido em 2023, colocando a fed funds rate em 4,25%-4,50% no final do ano. No entanto, o último corte foi acompanhado por uma mudança clara no tom da Fed para uma posição mais cautelosa, justificado pela expectativa de uma inflação mais elevada em 2025 e 2026 (a Fed espera que os 2% sejam atingidos apenas em 2026), menores riscos no mercado de trabalho e o facto de as taxas estarem 100 p.b. mais próximas da taxa neutra. A vitória de Donald Trump nas eleições de novembro passado trouxe mais um fator relevante na análise da evolução da política monetária, e que justifica cautela na postura da Fed: a incerteza quanto ao impacto que a agenda económica de Trump terá na evolução dos preços (nomeadamente o agravamento das tarifas comerciais, a imposição de novos limites à imigração e cortes de impostos).

As perspetivas de crescimento económico para 2025 são bastante otimistas, embora haja dúvidas quanto à implementação da agenda económica de Trump. De facto, começaram a criar-se expectativas de um impulso a curto prazo para o crescimento através de cortes nos impostos e ambiente de menor regulação. Assim, para 2025, o crescimento da atividade económica deverá situar-se em torno de 2%. No entanto, o impacto resultante das prováveis medidas de Trump na evolução da inflação e o facto de o sector dos serviços evidenciar mais resistência ao abrandamento deverão contribuir para que a política monetária continue em território restritivo, com o mais recente dot plot dos membros da Fed a apontar para apenas 2 cortes em 2025 (face a 4 cortes no dot plot de setembro), enquanto os mercados apontam, neste momento, para apenas 1 corte, com probabilidade baixa de uma segunda redução.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Zona Euro

O ano de 2024 voltou a ser marcado pela discrepância entre o dinamismo da economia norte-americana e a debilidade da Zona Euro. De facto, nos primeiros três trimestres, a economia da área do euro cresceu 0,6% homólogo em média, sendo expetável que o último trimestre do ano tenha sido também fraco (os principais indicadores de clima e de sentimento empresarial deterioraram-se e consolidam-se em referências compatíveis com a diminuição da atividade). Neste contexto, é possível que a economia tenha crescido em torno de 0,7% no conjunto do ano. A falta de dinamismo explica-se pela situação delicada das duas grandes economias da região. A Alemanha, por um lado, estagnada no meio de dificuldades estruturais (o PIB do 3T é apenas 0,2% superior ao pré-pandemia), penalizada pelo sector industrial em transformação energética e por um setor dos serviços sem o impulso necessário para reverter a situação global, e com os últimos dados que não permitem excluir uma nova queda do PIB no final do ano. Por outro lado, França, que, passada a dinâmica dos Jogos Olímpicos de Paris enfrenta também um final de ano com um claro arrefecimento do crescimento. Esta fraqueza económica é agravada por uma incerteza política acrescida: na Alemanha, as eleições antecipadas realizam-se a 23 de fevereiro e, em França, a substituição do Governo atrasou a concretização do Orçamento para 2025, persistindo dúvidas quanto à sua aprovação, situação que tem penalizado o prémio de risco soberano que transaciona em torno dos níveis da dívida grega. A economia italiana tem vindo também a perder dinamismo: o PIB estagnou no 3T e o PMI composto de novembro foi inferior a 50 pontos. No entanto, o arrefecimento atividade no conjunto da economia dos países do euro, dá confiança na luta contra a inflação, o que permitiu avançar com a descida das taxas de juro de política monetária: o BCE desceu em 100 p.b. as suas taxas de juro face ao pico atingido em 2023, colocando a taxa de juro em 3,0% no final de 2024.

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro continuam bastante débeis para 2025, sendo esperado que o PIB cresça ligeiramente acima de 1%. Em primeiro lugar, os processos de consolidação orçamental irão recomeçar em 2025 em muitas economias, após anos de políticas orçamentais muito expansionistas para compensar o impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia. Itália e França, entre outros, estão sujeitas a procedimentos por défices excessivos, o que as obriga a aplicar medidas restritivas e a cumprir um calendário de objetivos. Depois, um aumento das tarifas aduaneiras por parte dos EUA poderá pesar sobre a atividade na Zona Euro, uma região económica com elevado grau de abertura face ao exterior, sendo a Alemanha e Itália as mais expostas. Como ponto positivo, as esperadas reduções das taxas de juro do BCE traduzir-se-ão em menos ventos contrários para a atividade económica. De facto, o tom do BCE aponta para uma nova flexibilização nos próximos meses, sustentada por uma maior confiança na eventual descida da inflação para o objetivo dos 2% em 2025 e pela expetativa de uma reativação mais lenta da atividade. Assim, o BCE



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

deverá avançar com mais cortes ao longo deste ano, colocando a taxa de 2% no final de 2025. Apesar das expectativas de maiores pressões inflacionistas estarem centradas no outro lado do Atlântico, a área do euro não está isenta de riscos (nomeadamente pelo encarecimento das exportações, perante o agravamento das tarifas aduaneiras; pela valorização do dólar; ou pelo agravamento da incerteza e o seu impacto no sentimento dos investidores e na sua apetência pelo risco).



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Portugal

2024 arrancou com um robusto crescimento do PIB (0,6% trimestral no 1T 2024), apoiado no bom desempenho da procura externa. Já no 2T e no 3T, o desempenho foi mais modesto (0,2% em ambos). O ano foi ainda marcado pelo impacto acumulado da subida de juros, inflação e alguma incerteza política com eleições antecipadas. Assim, e considerando os dados positivos conhecidos até ao momento para o final de 2024, a economia portuguesa terá crescido 1,7% no conjunto do ano. Em paralelo registámos boas notícias no mercado de trabalho e nos preços. A taxa de desemprego situou-se perto de níveis mínimos, enquanto o emprego registou máximos históricos. Por seu lado, o surto inflacionista foi-se dissipando gradualmente ao longo do ano e chegou-se mesmo a registar uma taxa homóloga de inflação abaixo dos 2% em agosto; no conjunto do ano, a taxa de inflação desacelerou de 4,3% em 2023 para 2,4% em 2024. Quer a evolução do mercado de trabalho, quer a desaceleração da inflação contribuíram para a recuperação do rendimento real das famílias e suportaram a resiliência da atividade económica. Do lado das contas públicas, o compromisso com a consolidação orçamental manteve-se, sendo esperado que o saldo orçamental tenha terminado o ano em terreno positivo, ainda que em menor dimensão do que o observado em 2023 e justificado pelo menor dinamismo da atividade económica e medidas fiscais. Neste contexto, o rácio de dívida pública manteve a sua trajetória de redução, e deverá ter terminado o ano perto dos 94% do PIB.

Olhando para 2025, as perspetivas continuam positivas, suportadas pela resiliência do consumo (que beneficia da robustez do mercado de trabalho), da recuperação do rendimento disponível (tanto por via de aumentos salariais como pela desaceleração da inflação) e do acumular de poupanças (no 3T de 2024, a taxa de poupança aumentou para 10,7%, o nível mais elevado desde 2010, excluindo os anos da pandemia). Também parece plausível aceleração do investimento, tanto por via da redução dos custos de financiamento como pelo facto de entrarmos no penúltimo ano de execução dos fundos NGEU. Ou seja, internamente, os fatores apontam para robustez da economia, que, no entanto, poderão ser contrabalançados por fatores externos relacionados, por exemplo, por aumento do protecionismo e/ou impacto nos preços das principais matérias-primas do eventual agravamento de fatores geopolíticos. Perante este contexto de evolução positiva da atividade económica, as contas públicas manter-se-ão ligeiramente excedentárias, a refletir também a implementação de medidas fiscais que contribuem para a redução de receita e aumento de despesa. O rácio de dívida pública, por sua vez, deverá aproximar-se dos 90% do PIB este ano.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	0.0%	10.0%	20.0%	
Europa		6.0%		MSCI Europe Net Total Return EUR Index
Estados Unidos América		4.0%		S&P 500 Net Total Return Index
Obrigações	40.0%	70.0%	100.0%	
Dívida Pública Zona Euro		42.0%		Bloomberg Barclays Euro-Aggregate Treasury Index
Dívida Privada Zona Euro		28.0%		Bloomberg Barclays Euro-Aggregate Corporates Index
Mercados Emergentes	0.0%	0.0%	10.0%	
Alternativos	0.0%	15.0%	20.0%	Euribor 3 meses
Liquidez	0.0%	5.0%	20.0%	Euribor 3 meses

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

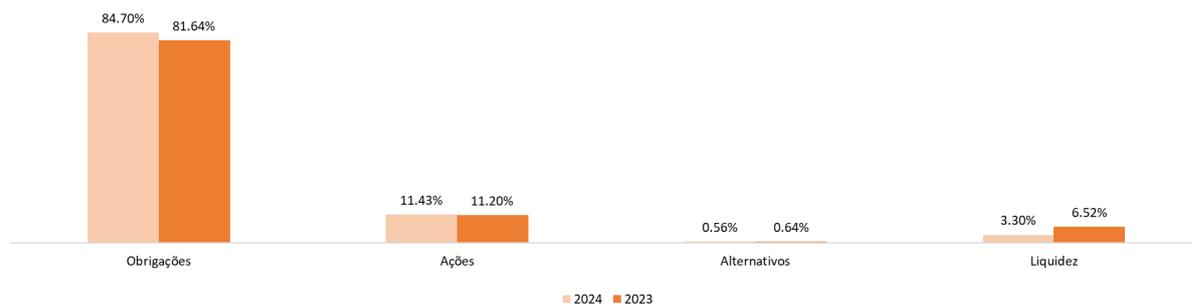
A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Em 2024, as aplicações do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição :



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança com a alocação a 31.12.2024:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2024	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	40.00%	100.00%	84.70%	Cumpre
Ações	0.00%	20.00%	11.43%	Cumpre
Alternativos	0.00%	20.00%	0.56%	Cumpre
Liquidez	0.00%	20.00%	3.30%	Cumpre

**A carteira de Ativos tem posições abertas em derivados de cobertura que podem alterar a afetação das classes de ativos*

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Categoria A

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	1.29%	3	1.20%
Nos últimos 3 anos	1.06%	3	1.26%
Nos últimos 12 meses	4.52%	3	4.59%

Categoria B

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	1.09%	3	1.20%
Nos últimos 3 anos	0.85%	3	1.26%
Nos últimos 12 meses	4.31%	3	4.59%

Categoria C

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.99%	3	1.20%
Nos últimos 3 anos	0.75%	3	1.26%
Nos últimos 12 meses	4.20%	3	4.59%

Categoria D

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.89%	3	1.20%
Nos últimos 3 anos	0.65%	3	1.26%
Nos últimos 12 meses	4.09%	3	4.59%

Categoria E

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.58%	3	1.20%
Nos últimos 3 anos	0.35%	3	1.26%
Nos últimos 12 meses	3.78%	3	4.59%

Categoria F

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.33%	3	1.20%
Nos últimos 3 anos	0.10%	3	1.26%
Nos últimos 12 meses	3.51%	3	4.59%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rentabilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco			Elevado Risco			
Remuneração potencialmente mais baixa			Remuneração potencialmente mais elevada			
1	2	3	4	5	6	7

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Comentário aos Resultados

O ano de 2024 foi na generalidade positivo para as diferentes classes de ativos que beneficiaram da estabilização dos dados de inflação e consequentemente do início do ciclo de descida das taxas de juro de referência. Apesar de alguma volatilidade sentida ao longo do ano, os ativos de risco registaram um desempenho positivo. Ao nível das empresas, destaque para a resiliência dos resultados e da manutenção das perspetivas positivas para os próximos trimestres.

Nos ativos de taxa fixa, assistimos no início do ano a uma subida das *yields* em todos os prazos da curva de rendimentos devido ao reajustar das expectativas relativas ao início e magnitude da descida de taxas de juro de referência. No final do ano, assistimos novamente a uma subida das *yields* nos prazos mais longos da curva de rendimentos.

Neste período e refletindo também o posicionamento tático adotado, a carteira apresentou uma *performance* positiva de 4.82%.

A componente acionista contribuiu de forma positiva, refletindo o desempenho da generalidade dos índices acionistas. No ano, esta componente contribuiu com 1.72% para a *performance* da carteira, situando-se acima do *benchmark* que registou um ganho de 1.68%. Na segunda parte do ano viemos progressivamente a reduzir a exposição ao mercado acionista, sendo a atual posição neutral, face ao *benchmark*. Esta alteração no posicionamento deve-se à incerteza vivida em algumas geografias.

Com a reversão do ciclo de política monetária e a descida das *yields* nos prazos mais curtos da curva de rendimentos, a classe de obrigações de taxa fixa encerrou o ano com um contributo positivo de 2.56%, acima do índice de referência que ganhou 2.16% no mesmo período. Durante o ano, a carteira beneficiou do posicionamento na curva de rendimentos, bem como e da alocação geográfica. A posição no final de 2024 era de neutralidade na componente de duração da carteira. No que concerne às taxas de juro de curto prazo manteve-se a tendência de descida ao longo do ano. Os prémios de dívida privada mantiveram-se estáveis ao longo do ano.

Na componente de Investimentos Alternativos e Imobiliário o contributo no ano foi imaterial, pela subexposição que mantemos à classe, tendo o índice de referência alcançado um contributo de 0.56%.

A *performance* da componente de liquidez foi de 0.48% que não contempla o impacto dos custos de gestão associados ao fundo.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

No que refere ao investimento sustentável salientamos o rating ASG de “A” para a carteira de ativos. No final do ano, a carteira apresentava uma exposição de 21% a obrigações sustentáveis de empresas e a fundos terceiros classificados como *light green* e *dark green*, correspondente aos artigos 8º e 9º da SFDR respetivamente. De destacar ainda o contributo da carteira para os diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando-se o 5, 8, 10 e 13.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Sistema de gestão de riscos

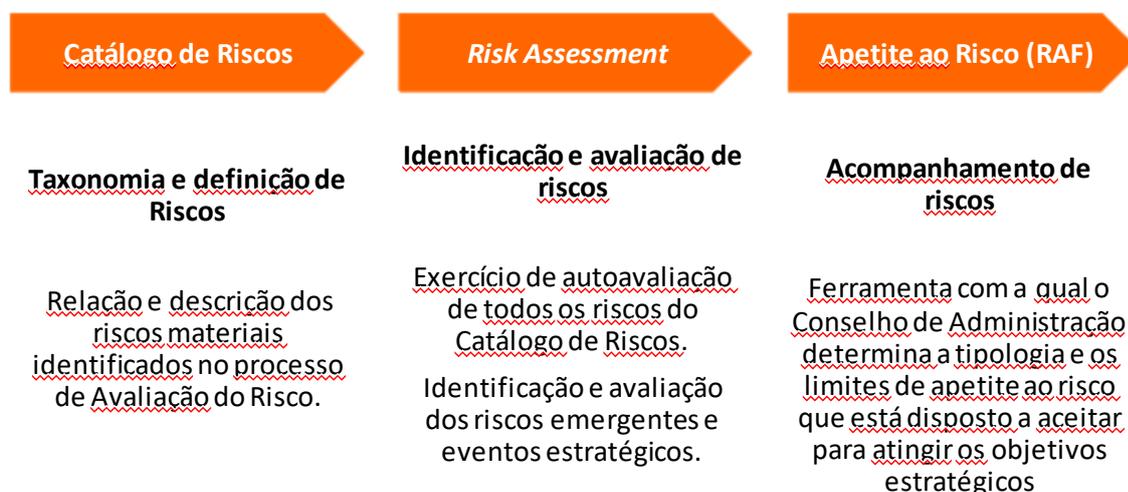
Nos pontos seguidos são detalhados os elementos-chave do sistema de gestão de riscos da BPI Vida e Pensões.

a. Governo e organização

A BPI Vida e Pensões tem estrutura organizacional e funcional disponibilizando recursos suficientes de modo a assegurar que o seu sistema de governo seja adequado em relação à natureza, volume e complexidade dos riscos inerentes à atividade desenvolvida.

b. Processos estratégicos de gestão de riscos

A BPI Vida e Pensões dispõe dos seguintes processos estratégicos de risco para identificação, medição, mitigação, monitorização, controlo e reporte dos riscos, alinhados com a metodologia do Grupo CaixaBank:



c. Cultura de risco

A cultura de risco desempenha um papel muito importante na consciência sobre o risco e sua gestão. Na BPI Vida e Pensões a cultura de risco abrange os comportamentos e atitudes face ao risco, bem como a gestão dos colaboradores, que refletem os valores, os objetivos e práticas partilhadas. Esta cultura procura influenciar as decisões da direção e dos colaboradores nas suas atividades diárias, com o objetivo de evitar comportamentos que, inadvertidamente, possam aumentar riscos ou incorrer em riscos que não podem ser assumidos.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

d. Cumprimento dos limites

As posições de risco do Fundo podem variar significativamente dependendo das expectativas de evolução do mercado, mesmo considerando as limitações de exposição a obrigações, a ações e a investimentos alternativos.

A BPI VP tem atualmente implementados métodos de controlo e mensuração dos limites a que os investimentos estão sujeitos, que garantem o rigoroso cumprimento da Política de Investimento de acordo com a legislação aplicável.

A monitorização do *compliance* regulamentar e interno específico de cada carteira é realizada sobre cada fecho da carteira, comunicando-se imediatamente os desvios aos gestores e, se for caso disso, ao responsável da área de gestão de carteiras.

Semanalmente, é produzido um relatório onde são identificadas eventuais situações de incumprimento, face ao regime prudencial ou à política de investimentos de cada carteira, contendo a justificação e a medida de correção implementada ou a implementar para a sua regularização.

Adicionalmente, e com uma periodicidade mensal, é elaborado um relatório onde são analisados todos os ativos sob gestão da Companhia e é aferida a consistência das posições financeiras com as políticas internas da Companhia, em particular no que diz respeito a indicadores geográficos, de solvência e de liquidez.

Sistema de controlo interno

O modelo de controlo interno assenta num modelo de controlo a três níveis, que garante a segregação estrita de funções e a existência de vários patamares de controlo independente:

- O primeiro nível de controlo está integrado nos procedimentos e processos das unidades operacionais que gerem efetivamente os riscos;
- O segundo nível de controlo assegura a qualidade de todo o processo de gestão; revê a coerência com as políticas internas e as diretrizes públicas dos processos relacionados; realiza controlos específicos; orienta sobre o desenho e a revisão dos processos e sobre os controlos estabelecidos nas unidades de gestão de riscos; adota as medidas de mitigação; desenvolve sistemas de avaliação e medição de risco; propõe limites de tolerância ao risco; monitoriza as exposições em relação aos limites de tolerância aprovados.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

- A função de auditoria interna, como terceiro nível de controlo, é uma função independente e objetiva de salvaguarda e consulta, concebida para acrescentar valor e para melhorar as operações. Em particular, a auditoria interna atua como terceiro nível de controlo, supervisionando as ações do primeiro e do segundo nível de controlo.

Gestão de risco

Apresentam-se de seguida a descrição dos riscos a que as Associadas, os Participantes e os Beneficiários se encontram expostos:

a. Risco de mercado

Os principais riscos de mercado advêm de variações dos preços dos títulos das carteiras, decorrentes da perceção dos investidores a fatores intrínsecos ao emitente ou aos mercados, ou ainda a fatores geopolíticos. Destacando-se o risco de spread e o risco de taxa de juro.

O risco de *spread* decorre do potencial efeito adverso de uma subida dos prémios de risco dos emitentes das obrigações detidas pela Companhia, e conseqüente descida dos preços de mercado desses títulos. O risco de spread é analisado numa base regular pela área de gestão de carteiras, através de medidas de sensibilidade à evolução dos spreads de crédito, nomeadamente a *spread duration*.

O risco de taxa de juro é, igualmente, analisado regularmente pela área de gestão de carteiras, com o recurso a medidas de sensibilidade à evolução das taxas de juro, nomeadamente a *duration*. Estes cálculos são também realizados pela área de controlo de gestão numa base trimestral.

De referir ainda a determinação do *Value at Risk* (VaR), que corresponde à estimativa de perda máxima esperada para uma carteira num determinado horizonte temporal com um determinado nível de confiança. Os resultados das políticas de cobertura, implementadas pelos gestores, são igualmente avaliados e consolidados, nomeadamente através dos valores do VaR determinados com e sem derivados.

b. Risco de Crédito

O risco de crédito de cada título é avaliado tendo em consideração o risco de crédito de cada emissor e a natureza de sua dívida, bem como a notação de *rating* e a probabilidade de *default*.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança, em 31.12.2024, os riscos materiais associados eram :

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Ações	Obrigações	Câmbio			Diretos	Indiretos	
Ações	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
x	x	x		x		x	x

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Imobiliário – Perdas decorrentes de alterações de valor de imóveis

Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados, em 31.12.2024, encontra-se descrito no quadro seguinte:

(valores em euros)

Número da Adesão	Valor da quota-parte do fundo	Cenário de financiamento		Cenário mínimo de solvência	
		Responsabilidades passadas	Nível de cobertura	Responsabilidades passadas	Nível de cobertura
7	23 895 638	21 614 786	111%	21 614 786	111%
18	170 767	181 226	94%	170 139	100%
19	561 654	226 443	248%	99 703	563%
21	58 964	10 676	552%	10 676	552%
40	192 824	183 227	105%	171 967	112%
44	358 520	447 036	80%	397 367	90%
62	88 805	55 054	161%	43 092	206%

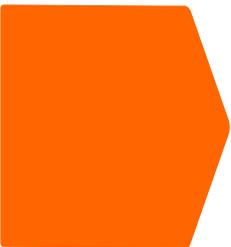
O Associado da adesão n.º 44 deverá realizar uma contribuição de 38,847 €, de forma a colmatar o deficit de financiamento no mínimo de solvência.

Isabel Castelo Branco

Isabel Semião

Lisboa, 30 de abril de 2025

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.



Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	5	123 097 267	74 349 793
Unidades de Participação		123 097 267	74 349 793
Títulos de dívida pública	5	94 076 942	104 844 928
Outros títulos de dívida	5	(0)	9 800 000
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6	1 413 480	3 075 776
Depósitos à Ordem		1 413 480	3 075 776
Outros Ativos			
Devedores	7	131	61 366
Outras Entidades		131	61 366
Acréscimos e Diferimentos	7	621 380	649 338
Juros a Receber		621 380	649 338
Total Ativo		219 209 199	192 781 200
PASSIVO			
Credores			
Entidade Gestora	8	220 598	435 915
Entidade Gestora		164 442	369 120
Estado e outros entes públicos		46 529	41 732
Depositários		10	10
Outras Entidades		9 617	25 053
Total Passivo		220 598	435 915
Valor do Fundo		218 988 601	192 345 285
Valor da Unidade de Participação			20.34066
	<i>Categoria A</i>	21.26211	
	<i>Categoria B</i>	21.21886	
	<i>Categoria C</i>	21.19721	
	<i>Categoria D</i>	21.17563	
	<i>Categoria E</i>	21.11101	
	<i>Categoria F</i>	21.05736	

O Contabilista Certificado

Fernando Pires

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Contribuições	9	37 651 136	24 082 171
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10	(19 325 390)	(15 169 913)
Ganhos líquidos dos investimentos	11	6 659 690	9 479 364
Rendimentos líquidos dos investimentos	12	3 362 918	2 533 739
Outras Despesas	13	(1 705 039)	(1 446 223)
Resultado Líquido		26 643 315	19 479 138

O Contabilista Certificado

Fernando Pires

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Contribuições	9		
Contribuições dos associados		16 215 401	14 210 866
Transferências		21 496 651	9 871 305
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10		
Pensões pagas		(5 583 972)	(5 224 397)
Capitais vencidos (remiões/vencimentos)		(4 157 335)	(4 318 909)
Transferências		(9 578 924)	(5 679 587)
Encargos inerentes ao pagamento das pensões e subsídios por morte	10	(43)	(24)
Remunerações	13		
Remunerações de gestão		(1 799 675)	(1 333 854)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(121 581)	(92 877)
Outras despesas	13	(3 897)	(194)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		16 466 625	7 432 328
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		136 508 438	239 415 690
Rendimentos dos investimentos		3 390 876	2 506 362
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(158 048 240)	(248 997 592)
Comissão de transação e mediação		-	(2 091)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(18 148 927)	(7 077 631)
Variações de caixa e seus equivalentes		(1 682 301)	354 697
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		20 006	(23 309)
Caixa no início do período de reporte		3 075 776	2 744 387
Caixa no fim do período de reporte		1 413 480	3 075 776

O Contabilista Certificado

Fernando Pires

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança ("Fundo") iniciou a sua atividade a 27 de agosto de 1992. Este Fundo permite adesões individuais e adesões coletivas.

Relativamente às adesões coletivas, financia 129 planos de pensões de contribuição definida e 7 planos de pensões de benefício definido.

A última alteração ao regulamento de gestão data de janeiro de 2024, sendo a sua Entidade gestora a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões"). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2024 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 30 – Constituição de comissão de acompanhamento;
- Associada da adesão nº 32 – Alteração do plano de pensões;
- Associada da adesão nº 48 – Alteração do plano de pensões;
- Associada da adesão nº 71 – Alteração do plano de pensões;
- Associada da adesão nº 110 – Extinção de quotas-partes;
- Associada da adesão nº 111 – Extinção de contrato;
- Associada da adesão nº 130 – Alteração de denominação social;
- Associada da adesão nº 132 – Integração de nova associada;
- Associada da adesão nº 136 - Extinção de Associadas decorrente de transferência;
- Associada da adesão nº 141 - Alteração dos regulamentos de gestão;
- Associada da adesão nº 175 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 179 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 180 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 181 - Nova Adesão;

- Associada da adesão nº 182 – Novo plano de pensões de contribuição definida;
- Associada da adesão nº 183 - Nova Adesão e extinção de contrato;
- Associada da adesão nº 184 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 185 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 186 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 187 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 189 - Nova Adesão.

Em 2024 foram ainda alterados os seguintes Contratos de Adesão, no seguimento da implementação do novo modelo de comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais:

- Associada da adesão nº 2;
- Associada da adesão nº 14;
- Associada da adesão nº 16;
- Associada da adesão nº 18;
- Associada da adesão nº 19;
- Associada da adesão nº 21;
- Associada da adesão nº 30;
- Associada da adesão nº 33;
- Associada da adesão nº 38;
- Associada da adesão nº 39;
- Associada da adesão nº 40;
- Associada da adesão nº 44;
- Associada da adesão nº 46;

- Associada da adesão nº 52;
- Associada da adesão nº 53;
- Associada da adesão nº 54;
- Associada da adesão nº 59;
- Associada da adesão nº 60;
- Associada da adesão nº 62;
- Associada da adesão nº 63;
- Associada da adesão nº 68;
- Associada da adesão nº 73;
- Associada da adesão nº 74;
- Associada da adesão nº 77;
- Associada da adesão nº 85;
- Associada da adesão nº 86;
- Associada da adesão nº 87;
- Associada da adesão nº 89;
- Associada da adesão nº 90;
- Associada da adesão nº 91;
- Associada da adesão nº 93;
- Associada da adesão nº 94;
- Associada da adesão nº 96;
- Associada da adesão nº 99;
- Associada da adesão nº 105;
- Associada da adesão nº 110;

- Associada da adesão nº 112;
- Associada da adesão nº 115;
- Associada da adesão nº 116;
- Associada da adesão nº 118;
- Associada da adesão nº 124;
- Associada da adesão nº 125;
- Associada da adesão nº 126;
- Associada da adesão nº 128;
- Associada da adesão nº 130;
- Associada da adesão nº 131;
- Associada da adesão nº 132;
- Associada da adesão nº 133;
- Associada da adesão nº 134;
- Associada da adesão nº 136;
- Associada da adesão nº 137;
- Associada da adesão nº 139;
- Associada da adesão nº 143;
- Associada da adesão nº 144;
- Associada da adesão nº 145;
- Associada da adesão nº 146;
- Associada da adesão nº 147;
- Associada da adesão nº 148;
- Associada da adesão nº 150;

- Associada da adesão nº 152;
- Associada da adesão nº 160;
- Associada da adesão nº 172;
- Associada da adesão nº 173;
- Associada da adesão nº 191;
- Associada da adesão nº 201.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2024 e 2023, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do

mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;

- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setoreconómico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão

isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”).

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, a carteira do Fundo é composta por instrumentos de capital e unidades de participação e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 217 174 209 euros o que representa um aumento de cerca de 15% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2023.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 621 380 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/ Menos Valias Contabilísticas	Mais/ Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação					
BPI GLOBAL INV FD - BPI ALTERNATIVE CLASE M	2 923 186	89 362	-	-	3 012 548
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	26 720 281	1 128 906	-	-	27 849 188
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP.(AMS)	29 015 013	358 315	-	-	29 373 328
ETF-ISHARES CORE EURO GOV BOND U(AMS)	13 221 777	298 140	-	-	13 519 917
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	6 040 564	2 028 420	-	-	8 068 984
IETF - ISHARES MSCI EUROPE ESG ENHANC	1 186 403	53 971	-	-	1 240 374
IETF -ISHARES EUR ULTRASHORT BOND (XAMS)	26 319 943	(238 978)	-	-	26 080 965
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	10 956 595	813 123	-	-	11 769 718
IETF-ISHARES MSCI USA ESG ENHANCED(XETR)	726 536	222 750	-	-	949 286
BPI IMOFOMENTO - CL B	1 201 930	8 016	-	-	1 209 946
KANAM GRUNDINVEST FONDS	23 073	(10 987)	-	-	12 086
SEB IMMOINVEST	11 737	(809)	-	-	10 928
Total Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	118 347 039	4 750 227	-	-	123 097 267
Títulos de dívida pública					
BELGIUM KINGDOM-1.9%-22.06.2038	4 608 574	(120 963)	-	52 223	4 487 611
BELGIUM KINGDOM-3.75%-22.06.2045	4 466 114	(228 734)	-	79 675	4 237 379
BONOS Y OBLI DEL ESTADO-1.85%-30.07.2035	4 447 888	181 412	-	40 690	4 629 300
BONOS Y OBLI DEL ESTADO-3.9%-30-07-2039	4 086 444	1 853	-	63 532	4 088 297
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2026	9 565 807	304 655	-	-	9 870 462
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2028	2 319 913	69 776	-	-	2 389 689
BUNDESREPUB. DEUTSCHLA-0%-15-08-2031	2 341 397	12 076	-	-	2 353 473
BUONI POLIENNALI DEL TE-1.25%-01-12-2026	8 057 639	188 423	-	8 638	8 246 062
BUONI POLIENNALI DEL TE-2.45%-01.09.2033	2 876 754	92 099	-	25 714	2 968 853
BUONI POLIENNALI DEL TES 0.35% 01.02.2025	8 069 702	113 570	-	11 952	8 183 272
BUONI POLIENNALI DEL TES-1.5%-30.04.2045	6 054 484	400 414	-	24 402	6 454 898
EUROPEAN UNION 2.5% 04.12.2031	2 904 079	(19 309)	-	5 393	2 884 770
FRANCE (GOVT OF) 1% 25.05.2027	3 862 647	39 808	-	24 261	3 902 455
FRANCE (GOVT OF)-0.5%-25.05.2025	3 109 280	64 832	-	9 644	3 174 112
FRANCE (GOVT OF)-0.75%-25.05.2053	3 124 030	(370 827)	-	25 163	2 753 203
FRENCH DISCOUNT T-BILL C2 12.02.2025	5 956 849	74 759	-	-	6 031 608
IRISH TREASURY-5.4%-13.03.2025	2 534 175	(24 850)	-	108 370	2 509 325
IRISH TSY-1.1%- 15.05.2029	3 881 147	30 986	-	28 486	3 912 134
IRISH TSY-1.35%-18.03.2031	6 504 145	8 314	-	73 797	6 512 459
REPUBLIC OF AUSTRIA-0.9%-20.02.2032	4 231 007	91 166	-	37 723	4 322 174
OTRVL JULHO 2025	42 693	(475)	-	870	42 218
REGIAO AUTONOMA ACORES 1.85%- 21-08-2025	122 168	1 020	-	848	123 188
Total Títulos de dívida pública	93 166 936	910 006	-	621 380	94 076 942
Total	211 513 975	5 660 233	-	621 380	217 174 209

Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2024, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
1,44	3 144 042	0,81	0,63	-

Quanto à exposição ao risco de taxa de juro, apresenta-se a análise de sensibilidade a variações de +/- 100 pontos base:

Sensibilidade da taxa de juro		
Impacto - 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto - 100 bps	Variação
218 988 601	228 221 309	4.2%
Impacto + 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto + 100 bps	Variação
218 988 601	209 755 893	-4.2%

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Depósitos à Ordem - EUR	1 410 013	3 073 824
Depósitos à Ordem - USD	3 467	1 951
Total	1 413 480	3 075 776

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica respeita a valores a regularizar referentes ao Complemento Extraordinário da Segurança Social e nos Acréscimos e Diferimentos estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Outras Entidades	131	61 366
Devedores	131	61 366
Juros a receber (Nota 5)	621 380	649 338
Acréscimos e Diferimentos	621 380	649 338
Total	621 511	710 704

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica respeita essencialmente a valores a regularizar de impostos e à Entidade Gestora.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Entidade Gestora	(164 442)	(369 120)
Estado e outros entes públicos	(46 529)	(41 732)
Outras Entidades	(9 627)	(25 063)
Credores	(220 598)	(435 915)
Total	(220 598)	(435 915)

9. Contribuições

Durante o exercício de 2024 as contribuições efetuadas foram inferiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

(valores em euro)

Contribuições 2024		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
21 396 883	16 215 401	(5 181 482)

Durante os exercícios de 2024 e 2023, os Associados efetuaram as seguintes contribuições:

(valores em euro)

Contribuições 2024				Contribuições
Associados	Participantes	Transferências	Total	2023
16 215 401	-	21 435 735	37 651 136	24 082 171

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2024 e 2023, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Pensões gerais	2 257 729	2 277 763
Pensões de velhice	2 719 930	2 336 080
Pensões de invalidez	157 404	158 937
Pensões de viuvez	180 845	160 021
Pensões Flexíveis - IRS	271 149	229 393
Pensões Flexíveis UP	2 143	1 209
Pensões	5 589 200	5 163 403
Transferências	9 578 924	5 679 587
Remições	3 953 506	4 094 338
Reembolso Capital IRS	203 717	232 560
Outros	43	24
Outros	13 736 190	10 006 509
Total	19 325 390	15 169 913

11. Ganhos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2024					Total	2023
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações		
Mais Valias	5 623 484	2 111 005	-	14 756	-	7 749 245	9 600 582
Menos Valias	(250 775)	(830 541)	-	(8 238)	-	(1 089 554)	(121 217)
Total	5 372 709	1 280 464	-	6 517	-	6 659 690	9 479 364

Face ao exercício de 2023, verificou-se uma diminuição significativa nas mais valias e um aumento acentuado nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

12. Rendimentos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Outros títulos de dívida	1 544 580	1 932 658
Instrumentos de capital	1 812 438	445 942
Títulos de dívida pública	5 899	135 286
Numerário	-	19 853
Total	3 362 918	2 533 739

13. Outras despesas

Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar o pagamento das comissões à Sociedade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões registadas nos exercícios de 2024 e 2023 é conforme segue:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Comissões de Gestão Financeira	1 499 971	1 265 384
Comissão de Depósito	106 144	95 411
Comissões de Incentivo	-	514
Comissões	1 606 115	1 361 309
Outras Despesas	32 094	28 583
Imposto selo s/ comissões	61 127	51 643
Taxa para I.S.P.	5 703	4 688
Impostos e Taxas	98 924	84 914
Total	1 705 039	1 446 223

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada diariamente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

A BPI Vida e Pensões cobra uma comissão de gestão financeira trimestral descrita nos contratos de adesão que terá o valor máximo de 0,5% (2% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil. A remuneração do Banco pelo serviço de depositário consiste na aplicação da comissão trimestral de 0,0125% (0,05% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil, deduzido dos valores monetários depositados em contas bancárias, independentemente da instituição de crédito nas quais essa contas bancárias se encontrem abertas.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas cargas de Gestão Administrativa que ascende a 26 183€.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2024 totalizam o montante de 8 303€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 1 384€.

14. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas

Não existem transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas.

15. Ativos e passivos contingentes

Não existem ativos e passivos contingentes.

16. Garantias por parte da entidade gestora

Não existem garantias por parte da entidade gestora.

17. Eventos Subsequentes

À data de emissão das contas de 2024, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024.



Modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 8.º 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome do Produto: Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança

Identificador da entidade jurídica: 213800RSH2Z3BZWTSG20

Por «investimento sustentável», entende-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e que as empresas beneficiárias do investimento sigam práticas de boa governação.

A taxonomia da UE é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tinha um objetivo de investimento sustentável?

Sim

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental: ___%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social: ___%

Não

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 5% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas não realizou qualquer investimento sustentável



Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

Durante o período de referência, a Companhia tomou decisões de investimento para a gestão do Fundo destinadas a promover características ambientais e/ou sociais na aceção do Artigo 8º do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019.

O Fundo investiu predominantemente em ativos que promovem as características ambientais e/ou sociais, quer pela sua natureza ou classificação, quer pela avaliação de desempenho ESG favorável que a Companhia tenha feito dos mesmos.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

A avaliação favorável resultou, entre outros fatores, do bom desempenho e/ou da evolução favorável em aspectos ambientais, sociais e de bom governo, com base quer na informação não financeira prestada pelas entidades em que o Fundo investe, ou recolhida pela Companhia, quer em fontes públicas, quer ainda através de diferentes fornecedores especializados nestas matérias. Esta avaliação incorporou não só a exposição das entidades aos riscos de sustentabilidade, como também a gestão que as entidades tenham feito dos mesmos, em termos absolutos e relativos.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

Os indicadores de promoção utilizados para avaliar o cumprimento das características ambientais e/ou sociais apresentaram o seguinte desempenho:

Indicadores	Percentagem	Cobertura
Total a Ativos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	95.2%	99%
Investimentos Sustentáveis	10.5%	99%
Obrigações ESG	7.0%	100%
Investimento Direto com Desempenho ESG Favorável	43.2%	100%
Fundos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	13.7%	99%
Fundos que têm como Objetivo Investimentos Sustentáveis	-	99%
Fundos com Desempenho ESG Favorável	52.0%	99%
Incumprimentos Global Compact	-	100%
Armas controversas	-	100%
Contratos militares / Armas convencionais	-	100%
Carvão térmico	-	100%
Areias betuminosas	-	100%
Controvérsias "muito severas"	-	100%

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Relativamente ao período de referência anterior, os indicadores de promoção apresentaram o seguinte desempenho:

Indicadores	2024	2023	Var.
Total a Ativos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	95.2%	91.7%	3.5%
Obrigações ESG	10.5%		10.5%
Investimento Direto com Desempenho ESG Favorável	7.0%	7.8%	-0.8%
Fundos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	43.2%	57.5%	-14.3%
Fundos que têm como Objetivo Investimentos Sustentáveis	13.7%	14.9%	-1.1%
Fundos com Desempenho ESG Favorável	-	-	-
Incumprimentos Global Compact	52.0%	34.2%	17.7%
Armas controversas	-	-	-
Contratos militares / Armas convencionais	-	-	-
Carvão térmico	-	-	-
Areias betuminosas	-	-	-
Controvérsias "muito severas"	-	-	-

● ***Quais foram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?***

Tal como a informação pré-contratual relacionada com a sustentabilidade e, apesar do produto não ter um objetivo de investimento sustentável, tem o compromisso de realizar uma proporção mínima em investimento sustentável que contribua para um objetivo ambiental ou social.

De acordo com os indicadores e temáticas avaliadas pela BPI Vida e Pensões através de dados de sustentabilidade de fornecedores externos, o Fundo consegue contribuir para os seguintes objetivos:

- Ambientais: investindo em atividades económicas que contribuem para objetivos ambientais como, por exemplo, o uso de energias renováveis, consumo eficiente de matérias-primas, conservação da água e do solo, baixa produção de resíduos e gases de efeito de estufa ou impacto sobre a biodiversidade.
- Sociais: investimento em atividades económicas que contribuem para objetivos sociais como, por exemplo, a luta contra a desigualdade, o reforço da coesão social, a integração social e as relações laborais, o capital humano ou o investimento em comunidades socialmente desfavorecida.

A gestão deste Fundo monitoriza todos os investimentos considerados como sustentáveis que se realizam em empresas ou emissores que garantam boas práticas de governança e que para a execução dos objetivos ambientais e sociais indicados anteriormente, estes investimentos não tenham causado um dano significativo a nenhum outro objetivo de sustentabilidade ambiental e/ou social.

● ***Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?***

Foram analisados todos os investimentos sustentáveis com vista a que estes não se revelassem prejudiciais a quaisquer outros objetivos ambientais ou sociais de acordo com a análise realizada pela Companhia, através do acompanhamento de indicadores ambientais e sociais procurando assegurar o cumprimento do princípio de “não prejudicar significativamente” estabelecido pela Taxonomia da União Europeia (EU). Neste sentido, o Fundo procurou investir em entidades que cumpram as legislações aplicáveis e que tenham bons padrões de governança.

Por **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, de respeito pelos direitos humanos e da luta contra a corrupção e suborno.

— — *Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?*

A identificação dos principais impactos negativos para os investimentos sustentáveis realizados por este Fundo foi efetuada através da monitorização de um conjunto de indicadores ambientais e sociais, listados no anexo 1 do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 da Comissão. Estes permitiram alertar para os efeitos negativos que os investimentos sustentáveis efetuados poderiam causar nos fatores de sustentabilidade, conforme explicitado mais adiante. Além disso, por meio desse exercício, a Companhia monitorizou se esses investimentos sustentáveis não causaram danos significativos a nenhum outro objeto de investimento sustentável ambiental ou social.

— — *Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:*

Os investimentos sustentáveis estão alinhados com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre as Empresas e Direitos Humanos. A Companhia, no seu processo de análise e gestão, considera diversas políticas associadas com a sustentabilidade que alinham as decisões que os gestores tomam com estes princípios, como por exemplo os Princípios de Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados pela taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à parte remanescente deste produto financeiro não têm em conta os critérios da União aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

BPI Vida e Pensões aplica processos de diligência devida com base no risco para prevenir, identificar e mitigar os possíveis impactos negativos que as decisões de investimento tomadas podem ter sobre os fatores de sustentabilidade, considerando assim as principais incidências adversas.

O processo de identificação dos principais impactos negativos esteve diretamente relacionado com os processos de tomada de decisões de investimento. Primeiramente, os fatores de sustentabilidade relevantes foram identificados por geografia, indústria, setor ou empresa. Para tal, a BPI Vida e Pensões utilizou diferentes análises de materialidade desenvolvidas por organizações de referência, e conta com o apoio de fornecedores especializados em análises ESG, bem como de fontes públicas de informação. Os indicadores materiais que integram o processo de construção das diferentes carteiras foram identificados através da seleção e alocação dos diferentes ativos de acordo com os procedimentos implementados pela Companhia.

Na sua atividade de gestão, a BPI Vida e Pensões efetuou análises e o acompanhamento dos impactos negativos para a sustentabilidade proveniente dos investimentos realizados nas diversas carteiras, publicando os indicadores dos principais impactos negativos considerados pela Companhia (“PINS”), de acordo com o formato e conteúdo exigidos pela regulação em vigor a cada momento, e aplicando os procedimentos de diligência devida descritos anteriormente.

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento		Métrica	Cobertura
Indicadores sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente			
Emissões de gases com efeito estufa	1. Total das emissões GEE	43 741	95.4%
	2. Pegada de carbono	362	95.4%
	3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento	773	95.7%
	4. Exposição a empresas que operam no sector dos combustíveis fósseis (%)	7.79	95.4%
	5. Quota-parte do consumo e produção de energias não renováveis (%)	59.84	74.9%
	6. Intensidade do consumo de energia por setor com elevado impacto climático		
	Setor A: Agricultura, gado, silvicultura e pesca	-	0.0%
	Setor B: Indústrias extrativas	0.93	0.5%
	Setor C: Indústria de transformação	0.37	17.3%
	Setor D: Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	1.52	3.4%
	Setor E: Abastecimento de água, atividades de saneamento, gestão de resíduos e descontaminação	2.22	0.4%
	Setor F: Construção	0.14	0.9%
	Setor G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	0.20	2.1%
	Setor H: Transporte e armazenamento	1.26	2.6%
	Setor L: Atividades Imobiliárias	0.53	2.7%
	Biodiversidade	7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (%)	11.51
Água	8. Emissões para o meio aquático	0.28	1.5%
Resíduos	9. Rácio de resíduos perigosos e resíduos radiativos	6.21	35.0%
Indicadores relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno			
Questões sociais e laborais	10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as empresas Multinacionais	0.00	95.9%
	11. Falta de processos e mecanismos de controlo de conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as empresas Multinacionais	0.48	95.3%
	12. Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas	12.35	38.7%
	13. Diversidade de género nos conselhos de administração (%)	39.87	95.5%
	14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas)	0.03	95.9%
Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais			
Ambientais	15. Intensidade de emissões de GEE	166.34	67.6%
Sociais	16. Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social	-	96.8%



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	País	% dos ativos
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP.(AMS)	Fundos	Irlanda	13.4%
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	Fundos	Luxemburgo	12.7%
IETF -ISHARES EUR ULTRASHORT BOND (XAMS)	Fundos	Irlanda	11.9%
ETF-ISHARES CORE EURO GOV BOND U(AMS)	Fundos	Irlanda	6.2%
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	Fundos	Irlanda	5.4%
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2026	Div. Governos	Espanha	4.5%
BUONI POLIENNALI DEL TE-1.25%-01-12-2026	Div. Governos	Itália	3.8%
BUONI POLIENNALI DEL TES 0.35% 01.02.2025	Div. Governos	Itália	3.7%
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	Fundos	Irlanda	3.7%
IRISH TSY-1.35%-18.03.2031	Div. Governos	Irlanda	3.0%

A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro à data de 31/12/2024.



Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade com referência a 31/12/2024 era de **95.2%** em Investimentos Promotores e **10.5%** em Investimentos Sustentáveis.

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

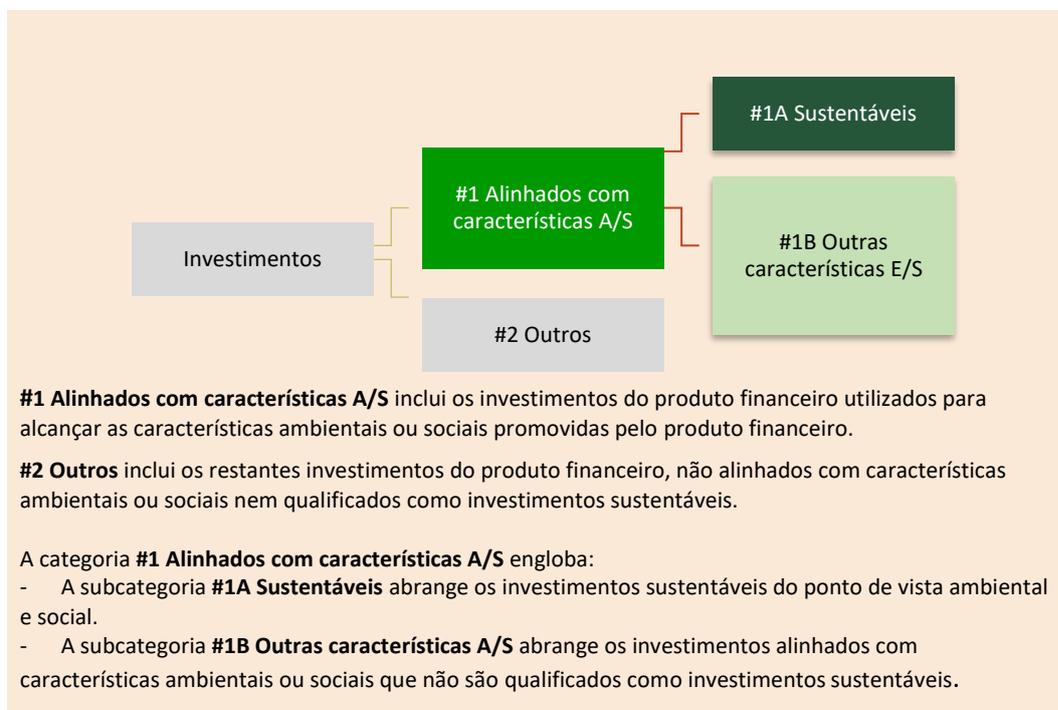
● **Qual foi a alocação dos ativos?**

O Fundo investiu predominantemente em ativos que promovem as características ambientais e/ou sociais, com um mínimo de 50%. A alocação dos ativos pode ser encontrada na tabela apresentada na pergunta “Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?”.

Para cumprir a taxonomia da UE, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipobarbónicos até ao final de 2035. No que respeito à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão dos resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outros, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



Um mínimo 50% do total dos investimentos realizados pelo Fundo foram investimentos “#1 alinhados com características A/S” e “#1B Outras características E/S” a proporção restante enquadraram-se na categoria “#2 Outros”. Um mínimo de 5% do total dos investimentos realizados pelo Fundo estavam incluídos na categoria “#1A Sustentáveis”.

● **Em que setores económicos foram realizados os investimentos?**

Os investimentos relacionados com a sustentabilidade foram realizados principalmente em energias alternativas, tratamento de doenças graves, eficiência energética e governos emissores de obrigações sustentáveis.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes de atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento.

- **Despesas de capital** (CapEx), demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, p. ex. com vista à transição para uma economia verde.

- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.



são

investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que **não têm em conta os critérios** aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (UE) 2020/852.



Em que medida foram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

No período de referência, este produto teve uma proporção mínima de investimentos sustentáveis de 5% do total de investimentos da carteira. Estes investimentos foram realizados indistintamente em atividades económicas que contribuem para um objetivo ambiental (ajustado ou não à taxonomia da UE) ou objetivo social, sem que tenha havido um compromisso mínimo de investimento inicial em cada uma das categorias.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Ver resposta anterior.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Ver resposta anterior.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Dentro dos investimentos incluídos na categoria «#Outros», estão incluídos derivados, liquidez e investimentos em ações, obrigações e OICs, com o objetivo de manter níveis de investimento de acordo com a política de investimento definida, procurando incluir investimentos que integrem riscos de sustentabilidade para não impactar as características ESG que promoveu o Fundo e estabelecendo salvaguardas mínimas, de acordo com as políticas e procedimentos em matérias de sustentabilidade da Companhia.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

A Companhia adota na gestão do Fundo, além dos critérios financeiros tradicionais, critérios ESG com o objetivo de promover características ambientais e/ou sociais.

A Companhia analisou as características ambientais e/ou sociais relevantes das empresas que compõem o universo de investimento, utilizando critérios gerais, comuns a todas as empresas e específicos em função do setor, atividade, geografia e tipo de ativo. Esta análise foi integrada no processo de investimento do Fundo, o que permite identificar

quais empresas, que, além de serem atrativas com base em critérios financeiros, também apresentaram uma combinação de indicadores de sustentabilidade que as tornem atrativas para investir.

Adicionalmente, foi aplicada uma estratégia que contempla:

- Critérios de exclusão: de acordo com as políticas definidas ou adotadas pela BPI Vida e Pensões, restringiu-se o investimento em determinadas atividades controversas.
- Análise de controvérsias: a Companhia restringiu o investimento em empresas envolvidas em controvérsias que pudessem afetar o campo da sustentabilidade classificadas como muito graves. Controvérsias são eventos extraordinários que podem afetar as empresas. Para a identificação das mesmas foram usados fornecedores externos especializados.



Qual o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Não aplicável.

- ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?***

Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice geral de mercado?***

Não aplicável.

Os índices de referência são índices utilizados para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 219.209.199 euros e um valor do Fundo de 218.988.601 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido de 26.643.315 euros) e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

DocID: Njc3YzYwMmU1NGJkY2Y3OTczMDEyYjk0fDQ0ODU5NTk5OTc4MzlwOTk3Nj8Q0x0

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

22 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

DocuSigned by:

94AAA81AB5424C5...

Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750